

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Uesb

**SONHOS NÃO ENVELHECEM:
UESB COM MAIS CIÊNCIA, INCLUSÃO E CIDADANIA**

**Proposta de Trabalho
Quadriênio 2022-2026**

Documento apresentado como requisito para inscrição de candidaturas a Reitor e Vice-Reitor da Uesb, nos termos do Regulamento Eleitoral aprovado pelo Conselho Universitário, Resolução Consu nº 04/2021, anexo único, art. 12, inciso III.

Candidato a Reitor: Luiz Otávio de Magalhães

Professor Titular, Departamento de História, *campus* universitário de Vitória da Conquista

Candidato a Vice-Reitor: Marcos Henrique Fernandes

Professor Pleno, Departamento de Saúde I, *campus* universitário de Jequié

**Vitória da Conquista, Jequié, Itapetinga-BA
2022**

Sumário

1	Apresentação	03
2	Razões da Candidatura	05
3	Visão, princípios e compromissos	07
4	Proposta de Trabalho: pilares estratégicos	08
4.1	Gestão democrática e autonomia universitária	08
4.2	Atenção ao bem-estar das pessoas	10
4.3	Valorizar a ciência, a pesquisa, a inovação	12
4.4	Qualificar o ensino de Graduação	15
4.5	Qualificar os Programas de Pós-Graduação	18
4.6	Política de extensão e compromisso com a transformação social	20
4.7	Fortalecer as políticas de ações afirmativas, diversidade e permanência estudantil	22
4.8	Requalificar a infraestrutura dos <i>campi</i> universitários.	24
4.9	Promover a conectividade institucional, a comunicação e a internacionalização	26
4.10	Promover a sustentabilidade institucional e ambiental	30

1 Apresentação

O Plano de Gestão da Chapa *Sonhos não envelhecem: Uesb com mais ciência, inclusão e cidadania* reflete o desejo de consolidar a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia como instituição de referência e excelência na produção de conhecimentos inovadores, na formação de profissionais e pesquisadores, na capacidade de oferecer alternativas de vida e de emancipação para indivíduos e grupos sociais com distintas configurações em termos de renda, origem social, identidade étnica, racial e de gênero, acesso a bens e serviços, e, ainda, como instituição a serviço da afirmação dos direitos de cidadania atribuídos a todos os brasileiros e brasileiras nos termos da Constituição Federal de 1988, que procurou materializar o sonho de construção de um país desenvolvido, democrático, livre e plural.

Atualizar este desejo de uma universidade com mais ciência, inclusão e cidadania pressupõe atuar, simultaneamente, em muitas frentes: acompanhar os indicadores de qualidade acadêmica de nossas ações de ensino, pesquisa e extensão e, ao mesmo tempo, assegurar que a Universidade se mantenha aberta para acolher e oferecer alternativas de vida para jovens e adultos oriundos de estratos sociais que jamais foram favorecidos no acesso a bens materiais e culturais; atuar na modernização de infraestrutura de pesquisa e também no acompanhamento das políticas de permanência e assistência estudantil; buscar ampliar as políticas de internacionalização da instituição assim como não deixar de zelar pelo diálogo com o contexto regional mais específico, com suas economias, suas culturas e suas gentes.

A Universidade é necessariamente ampla e diversa, assim como deve ser o conhecimento: deve impactar nas estruturas econômicas e também na vida das pessoas, deve visar o desenvolvimento e também a autonomia e a emancipação; deve visar a produção e também a liberdade; deve valorizar a técnica e também celebrar a arte.

E, ao mesmo tempo, a Universidade é uma instituição pública, cujo funcionamento é regido pelo domínio da lei, que impõe severos mecanismos de controle que visam assegurar o bom uso dos recursos comuns, estabelecendo normas de funcionamento, de aquisição de bens e serviços, de contratação de pessoas, que, por vezes, arriscam transformar uma instituição libertária em repartição burocrática.

E, ainda, a Universidade é uma instituição política, a incomodar todos os projetos de poder que almejam uma sociedade mais hierárquica, mais estratificada, mais autoritária e, por isto, é uma instituição que se converte em alvo de ataques de governos de todos os níveis – municipais, estadual, federal – quando estes buscam, constantemente, negar à esta instituição a autonomia que a Constituição (utópica?) de 1988 tratou de afirmar.

Por fim, falar em *plano de gestão* ou *proposta de trabalho* de uma chapa que se propõe a concorrer aos cargos de Reitor e Vice-Reitor é algo que pode soar contraditório. Pois uma universidade pública não é jamais o resultado da ação, ou do trabalho, de gestores. Ela é a

expressão do trabalho, do saber, dos compromissos éticos e políticos, das visões de mundo, dos sonhos e desejos (que não envelhecem) daqueles que a compõem. Desta forma, o plano de gestão que aqui se apresenta não pretende, de forma alguma, ser lido como uma receita mágica a ser implementada por lideranças com poderes demiúrgicos e capazes de gestar uma nova Uesb. Este plano se propõe a indicar possíveis mecanismos de atuação para que o trabalho, o compromisso, os sonhos dos estudantes, técnicos e professores que construíram e constroem nossa instituição se desviem dos obstáculos políticos, financeiros, institucionais, e evitem as armadilhas criadas por todos aqueles que enxergam no saber não uma chave para a liberdade, mas uma arma para o controle e para a opressão.

Este Plano está estruturado em 10 (dez) pilares estratégicos que integram a Reitoria e as Pró-Reitorias de modo que o alcance dos resultados vai exigir um trabalho conjunto, respeitando as especificidades de atuação, mas, colocando a centralidade nas ações para alcançar os objetivos pretendidos ao final de um período de gestão: mais inclusão, mais conectividade, mais ciência e mais cidadania.

Os eixos estratégicos do Plano de Gestão *Sonhos não envelhecem: Uesb com mais ciência, inclusão e cidadania* são os seguintes:

- Gestão democrática e autonomia universitária;
- Atenção ao bem-estar das pessoas;
- Valorizar a ciência, a pesquisa, a inovação;
- Qualificar o ensino de Graduação;
- Qualificar os Programas de Pós-Graduação;
- Política de extensão e compromisso com a transformação social;
- Fortalecer as políticas de ações afirmativas, diversidade e permanência estudantil;
- Requalificar a infraestrutura dos *campi* universitários;
- Promover a Conectividade Institucional, a Comunicação e a Internacionalização;
- Promover a sustentabilidade institucional e ambiental.

A elaboração deste Plano de Gestão contou com a contribuição de ampla participação de membros da comunidade universitária, que expressaram seu trabalho, suas reflexões e seus sonhos para a construção de um documento coletivo fundamentado na defesa da ciência, da inclusão social e da cidadania e, a todos – e a todas – manifestamos nossos agradecimentos e nosso reconhecimento.

2. Razões da Candidatura

Este Plano de Gestão não acompanha apenas um pedido de inscrição para o processo eleitoral que definirá Reitor(a) e Vice-Reitor(a) da Uesb. Ele acompanha uma proposta de reeleição. Ou seja, os pleiteantes aos cargos já ocupam, há 04 (quatro) anos, as posições de gestão institucional para as quais pretendem concorrer. Por que a disposição para um novo mandato? Estes candidatos são insubstituíveis na representação institucional na Uesb?

A resposta para a última questão é, evidentemente, negativa. Se a construção institucional da Uesb se faz, essencialmente, pela ação dos membros da comunidade universitária, os candidatos a reitor e vice-reitor não são, não podem ser, insubstituíveis. Se, do ponto de vista mais especificamente pessoal, a experiência na gestão universitária deixa alguns aprendizados, um dos mais relevantes é a constatação de que o reitor e o vice-reitor devem ser apreendidos como servidores públicos, servidores a serviço de um público, ou a serviço de uma instituição pública, ou, ainda, a serviço de uma missão pública. Os cargos de reitor e vice-reitor – como todos os cargos e ocupações numa universidade pública – pressupõem atribuição de responsabilidades institucionais e legais. Mas estas responsabilidades devem estar atreladas à qualificação da instituição e não das pessoas sob as quais recaem estas responsabilidades. Felizmente, a Universidade é dotada de uma série de mecanismos – reuniões de Conselhos, reuniões administrativas, solenidades, eventos – fundamentados na ampla participação, liberdade de expressão e, muitas vezes, direito a voto, que permite sempre lembrar a falibilidade dos gestores e a necessidade destes em continuamente se exporem ao escrutínio e à avaliação de suas ações pela comunidade como um todo.

As candidaturas que aqui se apresentam não pretendem criar um ciclo de gestão sob o comando de um grupo específico. Nem pretendem monopolizar, no âmbito da Uesb, a defesa da ciência, da inclusão social e da cidadania frente a adversários supostos ou reais. Todos os que, ao longo do tempo, se dedicaram à Uesb deixaram como legado uma comunidade majoritariamente identificada com a responsabilidade institucional e com a necessidade de articulação constante entre universidade e sociedade, universidade e democracia, universidade e autonomia, entre ciência e cidadania.

Como disse “um velho compositor”, por vezes um simples rapaz latino americano, vindo do interior – ou seja, uma pessoa situada na periferia da periferia da geopolítica – mesmo desprestigiado por sua origem social (“sem parentes importantes”) e por seu acesso (ou falta de acesso) aos bens mediados pelos interesses do mercado (“sem dinheiro no banco”), ainda assim é capaz de inventar formas novas de vida, novas formas de estar e intervir no mundo, com base no partilhar de vivências e saberes.

A Uesb é também uma universidade localizada na periferia da periferia do mundo, mas também é capaz de interagir de forma ativa com este mundo, e de oferecer a todos aqueles que vivem no seu entorno, instrumentos e saberes (“régua e compasso”) para se reinventarem e para reinventarem o mundo.

Experimentar esta dinâmica que envolve a capacidade continuamente transformadora da ciência, da inclusão e da cidadania, transformadora em nível individual e social, nos ajuda a superar as dicotomias criadas em torno do trabalho para si e do trabalho para outro, do trabalho como transformação e do trabalho como exploração.

Por isto, as candidaturas aqui propostas não alicerçam suas pretensões em uma suposta experiência de gestão adquirida nos anos passados e que tornariam seus portadores figuras especiais. Pelo contrário, a proposição de reeleição se fundamenta apenas na expectativa de continuarmos aprendendo, juntos, formas de reinventar nossa universidade pública. Mesmo em cenários desfavoráveis, enfrentando governos e agentes públicos empenhados em atacar e enfraquecer nossas instituições, ou buscando maneiras de adaptar nossas ações e nossas prioridades num contexto de pandemia e ameaça à saúde pública, conseguimos manter a dignidade de nossa universidade e de nossos compromissos éticos e políticos. Pedimos licença para seguirmos juntos, a fazer de nossa universidade imperfeita uma instituição de aprendizagens e reinvenções constantes.

Talvez as razões aqui lançadas para justificar nossas candidaturas pareçam pertencer mais ao campo das “emoções” do que, propriamente, ao das “razões”. Mas, como dissemos, nossa universidade é imperfeita, assim como é imperfeita nossa organização social e nossa organização política. Por isto, na Uesb, embora afirmemos e defendamos constantemente nossa autonomia universidade, somos obrigados, diariamente, a administrar os resultados de nossa ausência de autonomia; embora miremos e projetemos uma instituição de excelência acadêmica, somos obrigados a gerir nossas precariedades; embora enalteçamos a universidade e o saber como instrumentos da liberdade, nos vemos sempre às voltas com formas de resolução de entraves burocráticos. Desta forma, as razões para uma candidatura podem soar irracionais, alimentadas por sonhos antigos. Mas não nos enganemos, quando a universidade do saber e da cidadania for apenas sonho envelhecido, será sinal de que nossos sentimentos de humanidade, de solidariedade e de liberdade deixaram de ser relevantes para a vida social.

3. Visão, Princípios e Compromissos

Visão

Fazer da Uesb uma instituição reconhecida pela comunidade científica e pela sociedade brasileira como um centro de produção de ciência, tecnologia, cultura e inovação do Estado da Bahia e, ao mesmo tempo, um instituição que promova descobertas e redescobertas de pessoas, de grupos sociais, de particulares regionais, étnicas, de gênero, enfatizando o potencial emancipatório do conhecimento, em suas múltiplas faces.

Princípios ou o que queremos

- uma Universidade autônoma;
- uma Universidade mais integrada (do ponto de vista humano, organizacional, acadêmico e regional);
- uma Universidade mais conectada (do ponto de vista interno, local, regional, nacional e internacional);
- uma Universidade mais participativa, descentralizada, transparente;
- uma Universidade mais eficiente, eficaz e efetiva;
- uma Universidade mais inclusiva e emancipatória.

Nossos Compromissos

- com a universidade autônoma, pública, gratuita, laica, plural e socialmente referenciada;
- com a ciência a serviço da cidadania
- com o desenvolvimento regional;
- com a democracia participativa;
- com a qualidade educacional;
- com a transparência da gestão.
- com o fortalecimento da graduação e pós-graduação presenciais;
- com a internacionalização do saber;
- com o bem-estar da comunidade acadêmica;
- com a diversidade sociocultural;
- com a sustentabilidade organizacional;
- com a valorização da diversidade, da equidade e da igualdade, no que se refere a gênero e identidade étnico-racial, na comunidade universitária e na gestão institucional, promovendo a efetiva participação de mais mulheres e mais homens e mulheres negras nos cargos de decisão da política universitária.

4. Plano de Gestão: pilares estratégicos

4.1 Gestão Universitária e Autonomia Universitária

Tendências e desafios

Neste pilar, duas abordagens distintas são necessárias. Pela primeira, deve ser enfatizada a necessidade, que sempre existiu e sempre deverá existir em qualquer instituição universitária, de se aprimorar os mecanismos de acesso às informações essenciais de gestão e de deliberação universitária. A capacidade transformadora da universidade é essencialmente derivada do protagonismo assumido por seus atores sociais nos debates e nas decisões institucionais. Idealmente, cada pessoa da universidade – estudante, técnico ou docente – deveria ser corresponsável pelas políticas e pelas decisões institucionais. Como já diziam os antigos, o debate não deve ser visto como entrave às decisões; risco maior são as decisões adotadas sem o amparo do argumento e do debate coletivo. Mas, embora, do ponto de vista das decisões institucionais, as mesmas devam ser sempre adotadas a partir do princípio da autonomia universitária, sempre será necessário lembrar que a universidade pública não pertence apenas à sua comunidade interna; ela é um patrimônio público, um instituição a serviço dos cidadãos e cidadãs, um local de desenvolvimento da ciência em benefício da promoção e do desenvolvimento social. Qualificar o diálogo entre a universidade e a sociedade é um desafio essencial da universidade e ignorá-lo significa, constantemente, permitir que interesses não explicitados, predominantes nos ambientes do mercado ou de disputas políticas mais amplas, terminem por, silenciosamente, ditar as decisões institucionais.

Pela segunda abordagem, é necessário destacar que, embora desde a Constituição de 1988, as universidades gozem de “autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial”, nos enfrentamentos políticos esta autonomia ainda não foi conquistada, em especial no Estado da Bahia. Da mesma forma, os dispositivos estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional afirmam a “autonomia didático-científica” das universidades para “contratação e dispensa de professores” e, ainda a “autonomia” em sentido amplo para “elaborar seus orçamentos anuais e plurianuais” e, também da mesma forma, tal autonomia ainda não foi conquistada pelas universidades estaduais baianas. Por aqui, a relação do governo/mantenedor com a universidade pública estadual ainda é permeada pelo objetivo de tutelar, avaliar e decidir pela conveniência ou não das ações universitárias. Como resultado, a Uesb enfrenta enormes dificuldades não apenas para a gestão acadêmica de seus projetos de ensino, pesquisa e extensão mas também para sua organização administrativa, além ser impedida de ter acesso pleno aos recursos financeiros que lhe deveriam ser assegurados de acordo com seus orçamentos, anualmente aprovados pela Assembleia Legislativa. Tudo isto se reverte em carências: carência de pessoal técnico e docente; carência de investimentos; carência de políticas acadêmicas de médio e longo prazo pela absoluta impossibilidade de se saber quanto do orçamento institucional será efetivamente repassado para a instituição.

Ações:

- promover formas de organização administrativa pautadas em modelos dialógicos e participativos;
- aprofundar o diálogo com instituições e movimentos sociais regionais pautados na defesa da ciência, da cidadania e da inclusão social, reforçando a importância das articulações para fortalecimento da universidade pública e gratuita e fazendo cumprir o Estatuto da Uesb que prevê a participação de representantes da comunidade regional, por *campus*, no Conselho Superior da instituição;
- aprimorar os procedimentos de Avaliação Institucional, de forma democrática e transparente, assegurando que seus resultados sejam utilizados como indicadores das decisões institucionais, no âmbito da administração central e da administração setorial;
- aperfeiçoar os mecanismos de governança institucional, equilibrando autonomia, responsabilidade, resultado e transparência;
- promover e incentivar articulações interinstitucionais que favoreçam a construção de um marco legal de regulamentação da autonomia universitária no âmbito das universidades estaduais baianas, assegurando: a) autonomia para indicação e nomeação de seus gestores; b) autonomia de proposição de seus orçamentos, respeitando as diretrizes orçamentárias gerais do Estado da Bahia; c) autonomia de gestão administrativa, assegurando o direito da universidade em propor e implementar instâncias administrativas adequadas à missão institucional da Universidade e aos seus planos institucionais de desenvolvimento; d) autonomia para execução orçamentária de custeio e de investimentos, respeitando-se os marcos legais da administração pública fixados na legislação federal e estadual; e) autonomia na gestão dos recursos destinados a investimentos, que devem permanecer para utilização da Universidade, mesmo após concluídos os exercícios financeiros; f) autonomia para realização de concursos públicos e seleções públicas para pessoal, respeitando-se os limites orçamentários fixados nas leis anuais de orçamento;
- em caráter emergencial, intensificar a interlocução junto aos setores do governo do Estado, de forma a assegurar a realização de concurso público para docentes, técnicos e analistas para a Uesb;
- instituir o portal da transparência institucional, de modo a atender as normativas dos órgãos de controle e o direito de acesso às informações pela comunidade universitária e pela sociedade civil;
- atualizar as normas internas sobre a comissão de orçamento da Uesb (revisar a Resolução Consu 02/2016, de modo a acrescentar a metodologia de elaboração da peça orçamentária, bem como da aprovação das contas da Uesb);
- assegurar que a Universidade livre de qualquer subordinação que ameace a sua liberdade de cátedra e independência política;
- consolidar a política de avaliação institucional na Universidade fortalecendo a Coordenação de Avaliação Institucional (CAI) e dando condições para instalação e implementação do Plano de Trabalho da Comissão Permanente de Avaliação Institucional (CPA);
- prestar contas aos órgãos de controle do Estado, à comunidade acadêmica e sociedade através da publicação anual de Relatórios de Gestão, Planos de Ação, Plano de Desenvolvimento Institucional e documentos institucionais de interesse público.

4.2 Atenção ao bem-estar das pessoas

Tendências e desafios

Uma instituição é feita por pessoas. Uma instituição universitária depende do engajamento de suas pessoas nos processos de aprimoramento institucional. O engajamento das pessoas pressupõe uma ação orientadora, composição de equipes, divisão de tarefas, autonomia e também lideranças. O engajamento das pessoas nos processos institucionais depende também de algumas compensações frente ao esforço empreendido: compensações materiais, reconhecimento profissional e social, satisfação ética ou simbólica ou outras. Em outras palavras, um ambiente institucionalmente saudável somente será possível se alguma percepção de bem estar a instituição puder oferecer às suas pessoas.

Em uma universidade dotada de baixos graus de autonomia, os instrumentos de gestão que poderiam favorecer esta percepção de bem-estar são limitados. Não conquistamos, ainda, autonomia para proposição de planos de carreira ou planos de cargos para os servidores da Uesb e tais planos, hoje, são fruto da dinâmica de enfrentamento das representações sindicais dos servidores frente a ação ordenadora e restritiva do Estado.

Uma política de pessoal compatível com a dignidade universitária deve estar alicerçada no respeito humano, na valorização das atividades de aprimoramento pessoal e profissional. A pretensão é implementar um conjunto de ações no sentido de garantir que docentes, técnico-administrativos, prestadores de serviços, servidores contratados no Regime Especial de Direito Administrativo, estagiários e discentes sejam partícipes na construção da Instituição. Muito além das políticas de treinamento, capacitação e desenvolvimento, é necessária uma política de atenção e bem-estar das pessoas.

No contexto de gestão universitária, há necessidade precípua de implantação de um ambiente organizacional que permita o desenvolvimento profissional e pessoal, mediante pleno reconhecimento e respeito às diversas categorias que compõem a comunidade universitária. Questões relativas a gênero, identidade, igualdade e equidade racial, restrições sociais e econômicas tendem a ser cada vez mais discutidas e cobradas no ambiente universitário.

A descentralização da gestão de pessoas deverá continuar a ser implementada na Uesb. Todas as unidades que compõem a estrutura organizacional da universidade devem assumir o papel de gestores de pessoas. A atualização contínua do modelo de gestão não é mais compatível com estruturas organizacionais que centralizam apenas na Unidade de Recursos Humanos a gestão de conflitos interpessoais e intersetoriais. Nem é admissível acreditarmos que apenas as ações de um setor específico (uma GRH ou uma Assessoria de Gestão de Pessoas) seria responsável pela implementação de ações voltadas para o bem-estar das pessoas no interior de uma instituição como a Uesb.

Em razão das lições aprendidas com a implantação do trabalho remoto, algumas ferramentas tecnológicas poderão ser muito úteis para fortalecer o desenvolvimento das atividades presenciais, estruturando de modo mais efetivo o gerenciamento do tempo e o uso dos recursos de tecnologia da informação e comunicação, sem, no entanto, prescindir da presença do servidor – docente ou técnico – nos ambientes institucionais.

Merece destacar que a percepção do trabalho como propósito social também é uma tendência na gestão pública. Nesse sentido, as atividades fins e meio da Uesb resultam em benefícios para um amplo público-alvo e melhorias na qualidade de vida.

Para atender as mais variadas demandas das comunidades interna e externa, é urgente promover a ampliação dos quadros de pessoal da Uesb. O atual quantitativo de servidores docentes e técnico-administrativos é insuficiente para o pleno cumprimento da missão institucional, gerando conflitos e tensões nos setores e entre os setores da instituição.

Embora não esteja investida de poder decisão sobre o assunto, é importante que a gestão institucional da Uesb reconheça e valorize as ações sindicais de seus servidores que visam recomposição de vencimentos e vantagens de carreira, como forma de reconhecimento e valorização do trabalho de seus servidores frente o governo do estado e frente a sociedade.

Ações:

- dar continuidade a uma gestão participativa, democrática e plural, promovendo respeito humano e profissional a todos os membros da comunidade universitária, aliado ao estabelecimento de práticas de reavaliação das ações na área de gestão de pessoas;
- retomar as negociações com o governo do Estado, informando a comunidade interna e externa, para viabilizar a ampliação do quadro permanente, através da realização de concurso público, respeitando as políticas de ações afirmativas na contratação de servidores da Uesb e alocação dos servidores em áreas afins com a sua formação, respeitando uma política de gestão por competências;
- reavaliar a estrutura administrativa da Uesb, visando melhores condições de organização do trabalho técnico e da gestão, garantindo possibilidade de ascensão na carreira através da ampliação dos cargos comissionados;
- instituir um programa interdisciplinar que possibilite a promoção de saúde, bem-estar e qualidade de vida da comunidade universitária (servidores e discentes) e que contemple a reorganização dos espaços físicos tornando-os cada vez mais ambientalmente sustentáveis e saudáveis;
- propiciar a implantação de programas de acolhimento aos novos servidores e discentes, desenvolvimento de ações para aperfeiçoamento dos processos de apoio psicológico e social, serviço de apoio institucional às estudantes mães e o desenvolvimento de ações voltadas para as fases de pré-aposentadoria, aposentadoria e pós-aposentadoria;

- implantar e/ou reestruturar espaços físicos e condições de trabalho visando promover bem-estar no desenvolvimento das atividades fins (ensino, pesquisa e extensão) e atividades-meio (de gestão universitária), mediante implantação de refeitórios dos servidores, implantação da Creche no campus de Itapetinga, ampliação dos espaços de convivência; requalificação dos ginásios e quadras poliesportivas, instalação de bicicletários;
- desenvolver política educativa sobre as relações étnico-raciais, de gênero, diversidades (étnica, de gênero, sexual, cultural, religiosa, entre outras) e promoção de ações de combate ao assédio, discriminação e todas as formas de violência, através de ações formativas junto à comunidade acadêmica;
- instituir políticas que integrem o esporte, a cultura e o lazer, através do desenvolvimento de projetos esportivos e de atividade física para a comunidade acadêmica;
- estimular e fomentar ações de cultura e manifestação artística, promovendo interação entre a comunidade acadêmica;
- promover programas de educação continuada e permanente para garantir qualificação do corpo técnico-administrativo, considerando os potenciais existentes na Uesb;
- dialogar com as organizações sindicais do servidores, reconhecendo a importâncias da ações que visem viabilizar o aperfeiçoamento dos Planos de Cargos e Salários, no sentido de promover o desenvolvimento das carreiras com alinhamento de políticas remuneratórias;
- estruturar um programa de *trainee* em gestão universitária, destinado aos egressos para que possam atuar na Uesb, nas diferentes áreas do conhecimento, de modo a possibilitar trocas de saberes e atuação prática no âmbito da administração pública;
- melhorar as condições de trabalho, a partir da modernização da infraestrutura de informática e tecnologias e da otimização dos processos da Universidade, garantindo assim maior produtividade aliado ao bem-estar das pessoas.

4.3 Valorizar a ciência, a pesquisa, a inovação

A valorização da ciência, da pesquisa e da inovação perpassa praticamente todas as atividades acadêmicas da Universidade, seja no âmbito do ensino da graduação, do ensino da pós-graduação e da também da extensão. Programas como o de Iniciação Científica (Pibic), de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibit), de Educação Tutorial Institucional, dentre outros, visam assegurar a formação para a ciência, a pesquisa e a inovação desde o início da graduação.

A pandemia da Covid-19 ré-ratificou a importância da ciência para a civilização humana. E foi neste horizonte desafiador que se constatou o completo sucateamento do parque científico brasileiro decorrente das mudanças ocorridas no cenário político brasileiro a partir de 2016. O que se constatou decorre do desmonte do Estado brasileiro, sobretudo pela redução do investimento em educação, ciência, tecnologia e inovação, o que pode, em pouco tempo, levar a falência das políticas públicas nacionais voltadas para o desenvolvimento dessas áreas. A

ausência de política pública clara promove, também, consequências para outras áreas essenciais para a sociedade brasileira, como a economia, a saúde, o meio ambiente, a cultura, a proteção social, os direitos humanos que são diretamente afetadas pela negação a educação, obstruindo o desenvolvimento do país.

Do início dos anos 2000 até 2015 o Brasil experimentou um crescimento vigoroso no investimento público para fomentar as ações de CT&I, culminando no último ano desse período com um investimento total, somados os orçamentos das três principais agências do País (Capes/Finep/CNPq), de aproximadamente 14 bilhões de reais. Verificou-se um movimento de retração da dotação orçamentária a partir de 2016, quando houve uma significativa redução dos recursos disponíveis para fomento à ciência brasileira chegando ao final de 2020 com um investimento pífio de 4,4 bilhões de reais, ou seja, 3,18 vezes inferior aos recursos de 2015.

Como consequência da drástica redução dos investimentos em CT&I foi produzida uma crise sem precedentes na história recente do país, afetando diretamente muitos programas estratégicos para a educação e a ciência brasileiras. Como exemplo do desmonte da CT&I no país podemos citar: as bolsas de estudos/pesquisa de Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado estão com seus valores congelados desde 2013 e acumulam uma defasagem inflacionária de mais de 66% prejudicando a formação de Mestres e Doutores e a sua posterior fixação; programas estratégicos como o Programa Nacional de Pós-Doutorado – PNPD e o Programa Ciência sem Fronteiras foram descontinuados; promoveu-se uma redução de aproximadamente 8.000 mil bolsas de Mestrado e Doutorado da Capes entre 2019 e 2021; o Proap/Capes destinado aos Programas de Pós-Graduação em 2021 representa apenas 50% do valor do ano de 2014, dificultando o desenvolvimento de ações e prejudicando a formação de mestres e doutores. Além disso, houve drástica redução do número e dos valores dos editais de fomento à pesquisa e infraestrutura no País (CTinfra, Universal e Pró-equipamentos) no âmbito das três agências, prejudicando enormemente o parque científico/tecnológico nacional.

No âmbito do estado da Bahia a Ciência, Tecnologia e Inovação, CT&I, também tem sofrido cortes do governo estadual, impactando as ações da agência de fomento a pesquisa do estado, a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia. No âmbito estadual também existem diversos entraves ao desenvolvimento das Universidades Estaduais da Bahia, tais como as dificuldades encontradas para contratação de docentes e técnicos, liberação pra docentes e técnicos realizarem estudos e estágios de pesquisa no exterior, o bloqueio parcial dos recursos previstos no orçamento das universidades e os obstáculos para a execução de recursos de convênios federais, além das intermináveis dificuldades impostas no âmbito dos processos de compras e das obras necessários ao desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa nas IES baianas.

Diante desse cenário, os desafios impostos para a universidade pública no país têm sido ampliados significativamente. Para responder às expectativas da comunidade acadêmica e da sociedade de um modo geral, a Uesb tem buscado mitigar os efeitos danosos desta crise no investimento pelos agentes fomentadores federais e estadual por meio da aplicação de recursos

próprios do seu orçamento para fomentar ações relativas às suas políticas de pesquisa e pós-graduação.

Para tanto se lançou mão da autonomia universitária para criar programas de investimento em ciência/pesquisa como o Programa de Auxílio aos Projetos de Pesquisa e Inovação (AuxPPI), que transfere recursos financeiros da Uesb diretamente para o professor/a pesquisador/a, que se torna, assim responsável pela aplicação dos mesmos. Nos Conselhos Superiores foram aprovadas diversas políticas estruturantes para a instituição dentre as quais destacamos a regulamentação dos Laboratórios Multiusuários de Pesquisa.

Apesar da desordem que impera nos cenários federal e estadual, a solidificação das ações institucionais precisa continuar para que a Uesb aprimore o fazer de suas ações fins, e, se constitua cada vez mais como uma referência no desenvolvimento de pesquisas inovadoras, atendendo aos anseios da sociedade. Para tanto, propomos algumas ações sem prejuízo de outras que surjam do seio da nossa comunidade.

Ações:

- aprimorar o funcionamento do Comitê de Pesquisa da Uesb (Resolução Consepe N° 41/2009);
- aprimorar o funcionamento do Programa Interno de Iniciação Científica (Resolução Consepe n° 33/2006);
- criar o regulamento do Comitê Interno de Iniciação Científica;
- atualizar a política que regulamenta o Núcleo de Inovação Tecnológica da Uesb – Gestec-NIT/Uesb (Resolução Consu n° 004/2016);
- criar regulamentação para implantação de incubadora tecnológica e social da Uesb, dentre outras;
- fomentar o desenvolvimento sustentável da Pesquisa Científica, Tecnológica e da Inovação por meio de editais anuais com recursos financeiros para custeio e investimento tanto em infraestrutura para os Departamentos quanto em projetos de pesquisa individuais dos nossos pesquisadores;
- promover maior integração entre Universidade, setor produtivo, entidades de base social, e órgãos não governamentais visando aumentar o fomento à pesquisa básica e aplicada;
- viabilizar a contratação de técnicos para atuarem junto aos laboratórios de pesquisa e demais espaços de realização de atividades congêneres tais como núcleos, centros, estações experimentais, biotérios dentre outros;
- apoiar o adequado funcionamento do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e da Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA), garantindo a execução de suas missões;
- reformular o padrão de organização do Seminário Anual de Iniciação Científica e Tecnológica;
- Promover a implantação plena do Sistema de Gestão Tecnológica e Inovação da Uesb, Gestec-NIT;

- Criar mecanismos que garantam a proteção do conhecimento inovador, da produção e do licenciamento de tecnologias desenvolvidas na Instituição;

4.4 Qualificar o ensino de Graduação

Tendências e desafios

Nas universidades brasileiras, o ensino de graduação, tanto em suas diferentes matizes como em seus aspectos epistemológicos, educacionais, sociais e culturais, encontra-se ou deve-se encontrar inserido em uma rede de indissociabilidade entre a pesquisa e a extensão, de modo a articular atores humanos (cientistas, docentes, discentes e servidores técnicos) e não-humanos (políticas públicas e institucionais, princípios como o do pluralismo de ideias, programas curriculares e valores, entre outros).

Essa rede é configurada por um movimento circular, caracterizado pela abertura ao diálogo, flexibilidade e reflexão crítica, que se constitui como marca do mundo acadêmico e, historicamente, orientada por influências recíprocas que concorrem para as transformações sociais. Contudo, este movimento só pode existir institucionalmente se os sujeitos que integram este mundo acadêmico possuírem abertura à dialogicidade, flexibilidade, capacidade de reflexão crítica e autorreflexão. Desse modo, é importante um projeto de universidade que dialogue com um ensino de graduação atento para uma formação discente que acompanhe as transformações do mundo, o que exige um currículo flexível e interdisciplinar, bem como a adoção de abordagens metodológicas que contribuam com o processo de construção do conhecimento. Para isso, é necessário fortalecer, qualificar e proporcionar a contínua formação docente, não só para a pesquisa, mas também para o ensino e a extensão, por meio da criação e implementação de políticas institucionais.

Na Uesb, reiteramos os princípios para fortalecimento do ensino de graduação, a partir da:

- indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- interdisciplinaridade no processo de organização e construção do conhecimento;
- gestão acadêmica democrática, participativa e colaborativa;
- formação continuada docente.

De outro lado, é preciso afirmar o compromisso de gestar um ensino de graduação comprometido com a qualidade da formação técnica, científica, cultural, e estética dos profissionais egressos, com o objetivo de promover a qualificação pedagógica, incentivando a adoção de inovações pedagógicas que consolidem os cursos e potencializem o desenvolvimento regional. Essa tarefa deve estar articulada com um trabalho de parceria entre os Colegiados de Curso, Departamentos, a partir de uma gestão administrativa e acadêmica que envolve os servidores técnicos administrativos.

Ações:

- criação de política institucional de formação continuada para docência universitária;
- construção do Projetos Pedagógicos Interdisciplinares, por área de conhecimento, para os cursos de bacharelado, de forma a articular um Núcleo Básico Comum de disciplinas e possibilitar convergências curriculares;
- implementação de uma cultura digital a partir de investimentos em infraestrutura;
- fomento de políticas de mobilidade estudantil local, nacional e internacional;
- reordenamento do Calendário Acadêmico;
- monitoramento, análise e construção, em parceria com os Colegiados, de estratégias para redução da evasão;
- fortalecimento do Fórum de Licenciaturas;
- implementação do Fórum dos Bacharelados;
- viabilização das condições para implantação de um novo sistema de gestão acadêmica;
- implementação, em parceria com os Colegiados de Curso, de Programa de Acompanhamento dos Egressos;
- investimento contínuo na infraestrutura (física, tecnológica, equipamentos permanentes,) dos ambientes de formação dos graduandos (salas de aulas, laboratórios, clínicas escolas e núcleos acadêmicos);
- revisão das resoluções do ensino de graduação: matrícula, transferência interna e externa, aproveitamento de estudos, estágios, aula de campo e visita técnica, carga horária docente, quebra de pré-requisito, exercícios domiciliares, avaliação docente, prática de Educação Física, programa de monitoria, contratação de professor temporário (substitutos e visitantes), processos seletivos de ingresso;
- criação de política institucional de adoção de recursos tecnológicos nas atividades pedagógicas dos cursos de graduação da Uesb;
- avaliação, em parceria com a Comissão Própria de Avaliação, Coordenação de Avaliação Institucional, Colegiados e Departamentos, da oferta dos cursos existentes e das possibilidades para criação de novos cursos;
- implementação de Processo Seletivo Especial para ocupação de vagas ociosas dos cursos de graduação;
- implementação, em articulação com a Pró-Reitoria de Extensão, da curricularização da extensão nos currículos dos cursos de graduação;
- fortalecimento da parceria com os Colegiados e a Coordenação de Avaliação Institucional visando estratégias para qualificação do desempenho discente no Enade;
- organização, em parceria com a Aapa e Colegiados, de cursos para fortalecimento da formação inicial dos discentes ingressantes nas disciplinas/áreas de conhecimento com maiores índices de reprovação e evasão;
- fortalecimento do Programa de Educação Tutorial Institucional (Peti/Uesb) mediante criação de novos grupos específicos por curso, interdisciplinares e por temas específicos, assegurando a ampliação das bolsas disponíveis para o Programa;
- criação de programa especial de fortalecimento das instâncias administrativas dos cursos regulares de graduação, valorizando o trabalho das coordenações e dos secretários e secretárias.

Além dessas propostas de ação, há que se ter em consideração, ainda, uma atenção especial com a estrutura e funcionamento das Bibliotecas da Uesb.

Na contemporaneidade, mesmo com o avanço do fluxo constante de informações, resultado da adoção massiva de novas tecnologias de comunicação, a biblioteca universitária ainda é o local privilegiado para acessar o conhecimento acumulado e auxiliar no processo de produção de novos saberes. A biblioteca universitária cumpre importante papel no desenvolvimento científico, tecnológico, social, cultural e, sobretudo, de inclusão em nossa sociedade, o que está intrinsecamente ligado à sua função social de catalisadora e difusora do ensino, da pesquisa e da extensão.

Além de atender as demandas internas de pesquisadores, docentes, discentes e técnicos administrativos, as bibliotecas têm o desafio de estarem conectadas com as mudanças contemporâneas das tecnologias de informação e comunicação, aproximar o público externo (público em geral, escolas, crianças, jovens e adultos da educação infantil, ensino fundamental e médio) das cidades e microrregião de inserção dos *campi* da Uesb e, ainda, tornar-se efetivamente um ambiente de inclusão social, superando as barreiras de acessibilidade física, arquitetônica, informacional e comunicacional.

Com o objetivo de potencializar o trabalho das Bibliotecas da Uesb nos três *campi*, propomos:

- diagnóstico e avaliação sistemática da política de aquisição, atualização, expansão, manutenção e descartes das coleções (livros, periódicos, referências, trabalhos acadêmicos, materiais audiovisuais etc.) das bibliotecas da Uesb, respeitando as especificidades das bibliotecas e as áreas de conhecimentos de cada *campus*;
- otimização da política de compras para os acervos das bibliotecas;
- ampliação das ações culturais (exposições artísticas, mostras culturais, lançamento de livros etc.) internas e externas que valorizem as letras, artes e culturas local e regional;
- aquisição de acervo infanto-juvenil de autores nacionais e internacionais, com vistas a criação de um espaço lúdico nas bibliotecas dos três *campi* para atender e aproximar as crianças dos docentes, estudantes, técnicos e comunidade externa das bibliotecas;
- ampliação para comunidade acadêmica, em parceria com os colegiados dos cursos de graduação e pós-graduação, o oferecimento de cursos e treinamentos sobre pesquisa bibliográfica, normatização, elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos, conforme as normas da ABNT;
- reforma na infraestrutura física das Bibliotecas para melhor acessibilidade física e arquitetônica (estacionamentos, sinalizações de escadas, sanitários, rampas, elevadores, espaçamento entre estantes, prateleiras, altura de mesas e balcões), informacional e comunicacional (tecnologia assistiva, materiais em Braille, Libras);
- formação e qualificação continuadas de pessoal para atuarem com os usuários com deficiência.

4.5 Qualificar os Programas de Pós-Graduação

Tendências e desafios

A Uesb construiu, nos últimos anos, a partir do trabalho de seus docentes, técnicos e estudantes, uma notável rede de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, que hoje envolve 33 cursos oferecidos regularmente, com entradas semestrais ou anuais, sendo 24 cursos de Mestrado e 09 cursos de Doutorado. Esta rede é mais uma testemunha da relevância científica, social e cidadã da Uesb, que demonstra sua plena capacidade de atender os requisitos para ser reconhecida como autêntica e plena universidade, nos termos da legislação brasileira: exibir capacidade de “formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano”, comprovar “produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional”; demonstrar capacidade para oferecer “no mínimo, quatro programas de pós-graduação *stricto sensu*, sendo que ao menos um destes deve contar com curso de Doutorado”.

Num cenário de desmonte do financiamento da pesquisa e da pós-graduação no país, e de desmantelamento dos instrumentos de avaliação da pós-graduação brasileira, a Uesb utilizou de vários recursos para assegurar o fortalecimento de seus programas.

Foi criado o Programa de Auxílio aos Programas de Pós-Graduação – AuxPPG, que assegura repasse direto de recursos financeiros aos coordenadores de cada programa da instituição. Também foram criados com recursos institucionais os programas de bolsas de Doutorado Sanduíche no Exterior e de Pós-Doutorado, que se encontram em pleno funcionamento com bolsistas desenvolvendo suas atividades. Todos os PPGs receberam novos equipamentos de informática e acesso a plataforma eletrônica especializada na sistematização de dados científicos para elaboração dos relatórios anuais da Capes.

Visando fortalecer e aprimorar a política de pós-graduação na Uesb propõe-se a adoção das ações abaixo:

Ações:

- revisar e atualizar, a resolução que regulamenta a pós-graduação *stricto sensu* na Uesb (Resolução Consepe nº 81/2011), incluindo a política de ações afirmativas, de assistência estudantil e o programa de qualificação de técnicos e docentes;
- atualizar a resolução que regulamenta a pós-graduação *lato sensu* na Uesb (Resolução Consepe nº 05/1999);
- aprimorar a o Programa de Auxílio aos Programas de Pós-Graduação, AuxPPG, permitindo a utilização de recursos para aquisição de equipamentos permanentes necessários à manutenção das atividades de pesquisa de cada Programa;
- fomentar discussões voltadas para a construção de uma política de curricularização da extensão na pós-graduação com os coordenadores dos PPGs;

- construir, em conjunto com a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas, Permanência e Assistência Estudantil, uma política institucional de auxílios para a permanência do estudante pós-graduando em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
- acompanhar o planejamento estratégico dos PPGs, com base na Resolução Consepe 27/2020, visando a elevação do conceito dos programas na avaliação quadrienal 2021-2024 e 2025-2028 da Capes;
- criar, quando essencial, cursos interinstitucionais de Mestrado (Minters) e de doutorado (Dinters), em áreas estratégicas para a Instituição, visando suprir demandas específicas e, dessa forma, ampliar a formação de docentes e técnicos nos níveis de mestrado e doutorado;
- ofertar, para outras instituições, Minter e Dinters, como mecanismo de solidariedade às Instituições em consolidação, sobretudo das regiões Norte e Nordeste;
- ampliar o aporte de recursos financeiros aos programas de pós-graduação *stricto sensu* por meio de editais de apoio ao pesquisador e por meio do programa AuxPPG e AuxPPI;
- garantir recursos para os editais anuais de Bolsa de Doutorado Sanduíche no Exterior e Pós-Doutorado, bem como assegurar as bolsas nos três primeiros anos de funcionamento dos cursos novos de Mestrado e Doutorado;
- apoiar os PPGs, juntamente com o setor articulador das ações institucionais de internacionalização, na construção de sítios bilíngues ou trilíngues conforme demanda do Programa;
- incentivar a cooperação acadêmica com pesquisadores estrangeiros visando elevar o número de publicações em coautoria com instituições estrangeiras;
- fomentar a publicação de artigos científicos em coautoria com discentes em periódicos internacionais indexados relevantes para cada PPG considerando a recomendação de cada área da Capes;
- criar política de indução visando aumentar o quantitativo de docentes doutores atuando em PPGs;
- atender a demanda para realização de Estágio de Pós-Doutorado dos docentes vinculados aos Programas de Pós-Graduação de acordo com as recomendações de cada área de conhecimento da Capes;
- acompanhar a conclusão da construção do Módulo de Pós-Graduação e a aquisição e instalação dos equipamentos necessários para alocação dos PPGs do *campus* de Vitória da Conquista na nova estrutura;
- concluir o processo de alocação dos Programas de Pós-Graduação, *campus* de Jequié, nas novas estruturas do *campus* II, construídas com recursos captados junto à Finep;
- criação de programa especial de fortalecimento das instâncias administrativas dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, valorizando o trabalho das coordenações e secretarias.

4.6 Política de extensão e compromisso com a transformação social

Tendências e desafios

A compreensão da Extensão enquanto “um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade”, conforme definição do Forproex (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras), remete à necessidade de que a Uesb trilhe caminhos extensionistas fundamentada no compromisso social, na diversidade de pessoas e de grupos e a partir de metodologias que permitam a interlocução entre o saber acadêmico e o saber popular que possam suscitar reflexões e mudanças na academia e na sociedade.

Reafirmar a extensão na Uesb enquanto uma prática acadêmica, incrementar o orçamento para ampliação das ações e, conseqüentemente, aumento do público atendido, estabelecer parcerias com entidades representativas da sociedade civil e instituições públicas nos Territórios de Identidade onde a Uesb se insere, visando o desenvolvimento e fortalecimento regional se apresenta como importantes desafios para a Universidade.

Neste cenário, vislumbramos alguns caminhos (tendências), dentre os quais destacamos:

- a inserção das atividades extensionistas nos Projetos Políticos Pedagógicos de todos os cursos da graduação, mediante curricularização da extensão, ressaltando o potencial da Extensão na Educação Superior;
- a abertura para o diálogo entre a comunidade acadêmica e comunidade externa, visando uma escuta qualificada para a proposição de ações pautadas nas demandas sociais em interlocução com o nosso perfil extensionista;
- o incentivo para a proposição de ações em setores sociais e grupos populacionais específicos que não são contemplados em editais gerais, considerando a complexidade e a diversidade sociocultural.

Reconhecemos que a extensão na Uesb deve se nortear por concepções e práticas pautadas na Política Nacional de Extensão alinhadas às nossas características institucionais, favorecendo a tessitura de diálogos em cenários diversificados, com vistas a construir um “novo tempo” para nossas práticas extensionistas a partir de uma conexão entre o nosso fazer e a nossa habilidade para dialogar sobre as demandas sociais, políticas e culturais que emergem da comunidade.

Apoiados nas diretrizes da Extensão na Educação Superior em nosso país (dialogicidade, interdisciplinaridade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, impacto na formação do estudante, impacto e transformação social) propomos algumas ações para fortalecer a Política de Extensão na Uesb:

Ações:

- implementar o Programa Interno de Financiamento a Ações de Extensão, através de Editais promovidos anualmente pela Proex, bem como, pela concessão do Auxílio ao Extensionista, utilizando-se de Termo de Outorga, de forma a facilitar a execução físico-financeira;
- contribuir com a inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação da Uesb, através do estímulo de ações interdisciplinares, interdepartamentais e multicampi, buscando potencializar e ampliar as possibilidades de oferta de ações extensionistas;
- incrementar a infraestrutura e suporte básico através da requalificação de espaços físicos (Centro de Extensão), manutenção predial e do patrimônio material dos Museus, e do fornecimento de materiais (permanentes e consumo) e serviços para dar condições ao desenvolvimento das ações extensionistas;
- investir na aquisição de tecnologias digitais (equipamentos e *softwares*) com vistas a potencializar o gerenciamento da Política Institucional de Extensão e Assuntos Comunitários, dinamizando o registro e homologação das ações, bem como as práticas de gestão, monitoramento e avaliação;
- buscar ofertar ações extensionistas direcionadas a partir de demandas sociais legítimas, considerando a percepção e necessidades da comunidade (público alvo) a ser atendida, promovendo o fortalecimento da relação universidade/sociedade e garantindo a interação dialógica e transformação social;
- desenvolver ações abertas à comunidade nos espaços universitários e nas diversas localidades que a Uesb alcança, de forma que as pessoas possam se reconhecer enquanto pertencentes ao ambiente acadêmico, estabelecendo relações de troca de saberes e experiências;
- ampliar os canais de comunicação e disseminação de conhecimentos gerados a partir da Extensão, considerando as tecnologias digitais e mídias impressas, bem como ampliar a realização de encontros entre a comunidade acadêmica e comunidade externa;
- atualizar as resoluções, a fim de que expressem a realidade da Extensão, em termos de concepção, diretrizes, contexto institucional e demanda social;
- Ampliar a inserção em instâncias colegiadas, em âmbito local, estadual, nacional e internacional, objetivando o estabelecimento de parcerias com instituições do poder público e sociedade civil para o desenvolvimento de ações conjuntas.

4.7 Fortalecer as políticas de ações afirmativas, diversidade e permanência estudantil

Tendências e desafios

As mudanças significativas das Universidades públicas brasileiras, resultantes da expansão de vagas no ensino superior e da consolidação e legitimação das políticas de ação afirmativa no país, pela lei 12.711 de 2012, trazem como temas centrais para o debate contemporâneo a avaliação dos resultados das políticas de democratização do acesso e a permanência estudantil.

Avaliar os resultados de políticas Afirmativas, para além de verificar se os objetivos de ampliar e diversificar o público que acessa o ensino superior foram atingidos, engloba demonstrar o significado e as implicações dessa democratização para as universidades e para sociedade. Isso implica analisar os dados de acesso, do perfil dos discentes, mas também os resultados em termos de taxas de conclusão de curso, inserção de egressos no mercado de trabalho e na pós-graduação e as condições de permanência oferecidas.

Estudos diversos indicam que as universidades públicas brasileiras que adotaram programas de ações afirmativas evidenciaram uma nova composição social e racial, pois há um expressivo crescimento das matrículas de estudantes oriundos de classes populares, de escolas públicas, pretos, quilombolas, pardos, indígenas e com deficiência.

Essa diversidade de discentes tem demonstrado a existência de múltiplas necessidades que desafiam e potencializam a realização de positivas transformações na Universidade, nesse contexto interpelada a avaliar a qualidade da formação ofertada para esses novos alunos, a produzir novas bibliografias e agendas de pesquisa, a construir reflexões e práticas a respeito de questões como: ações inclusivas para pessoa com deficiência, mudança de currículo, promoção do respeito à diversidade sexual, combate à violência de gênero e sexual, ao racismo estrutural, demandas por políticas antirracistas; ampliação das ações afirmativas à pós-graduação; fortalecimento dos grupos identitários, ampliação e diversificação das ações de apoio aos estudantes universitários, entre outros.

Concepções assistencialistas e cristalizadas no termo “assistência estudantil”, tem sido problematizadas, em favor de uma concepção de permanência como direito educacional, que, nesse novo cenário das Universidades públicas, transcende as políticas de concessão de bolsas/auxílios permanência, consideradas fundamentais e imprescindíveis, principalmente quando abrangem áreas diversas (moradia estudantil; alimentação; transporte; inclusão digital; cultura; creche; saúde, etc.). Dificuldades de naturezas diversas comprometem o desempenho acadêmico e/ou a integralização dos cursos por parte dos alunos, entre as quais barreiras pedagógicas e culturais, que impedem a participação plena dos discentes de toda a gama de atividades oferecidas por suas instituições. O não sentir-se capaz, reconhecido ou aceito, resultam no que pesquisadores consideram como “permanência incompleta”. O combate à desigualdade econômica na política de assistência estudantil, portanto, não se constitui em estratégia suficiente para o enfrentamento de problemas complexos como abandono e evasão dos cursos de graduação.

Uma tendência, nos estudos sobre políticas de ações afirmativas e permanência, aponta para a necessidade de diversas ações reparadoras junto a estudantes negros, quilombolas, indígenas ou pessoas com deficiência, especialmente na construção de espaços e intervenções que propiciem o reconhecimento de *identidades positivas* por parte desses sujeitos.

Outra tendência na área da permanência é considerar o conceito de marcadores sociais da diferença, que se propõe a “designar como as diferenças são socialmente instituídas e podem conter implicações em termos de hierarquia, assimetria, discriminação e desigualdade”; e a

articulação das múltiplas desigualdades (de classe, raciais, de gênero, sexualidade, capacidades etc.) na análise do perfil dos estudantes, de suas demandas e na proposição de políticas.

Nessa perspectiva e considerando os discentes como sujeitos, atores sociais imprescindíveis, com seus múltiplos saberes, valores e necessidades, os principais desafios das políticas de permanência estudantil hoje englobam as dimensões material, simbólica, cultural, acadêmica e de afiliação social, com ações que também promovam formas de valorização étnica e cultural, uma percepção positiva do eu e o senso de pertencimento ou engajamento dos estudantes com identidades diversas, de modo que sua presença no *campus* seja vista de forma positiva pelo conjunto da comunidade universitária.

Diante do desafio de projetar e gerir a instituição universitária para uma sociedade focada no desenvolvimento humano, pautada no conhecimento, mas sem desconsiderar o contexto político-social em que vivemos, marcado por profundas desigualdades, negacionismos e retrocessos na garantia de direitos, torna-se fundamental construir estratégias de enfrentamento das práticas sociais que reproduzem diferenças que hierarquizam, oprimem e excluem sujeitos e grupos sociais, bem como refletir acerca de medidas que englobam tanto a promoção da igualdade material e dos direitos humanos básicos, como formas de valorização humana.

Assim, ganha extrema relevância social a ampliação das ações para a democratização do acesso à Universidade pública, aos seus programas e projetos, bem como a garantia das condições de permanência para seus discentes.

Ações:

- construir Diretrizes para políticas que visem a promoção de ações e reflexões sobre as relações étnico-raciais, relações de gênero e diversidade sexual, a inclusão e a acessibilidade de pessoas com deficiência, atuando no combate ao preconceito, à discriminação, à violência de gênero e sexual e outras;
- aprimorar a política de acesso à graduação por meio das ações afirmativas, corrigindo possíveis distorções que dificultam o preenchimento de todas as vagas pelos grupos mais vulneráveis, avaliando a incorporação de outros grupos discriminados e vitimados pela exclusão e ampliando as estratégias de divulgação e de acessibilidade ao programa da Uesb;
- ampliar a política de democratização do acesso para a pós-graduação e desenvolver ações afirmativas transversais aos programas e projetos das diversas Pró-reitorias;
- construir novas estratégias de acompanhamento dos cotistas, dos que vivem em condições socioeconômica e psicossociais mais vulneráveis, visando sua permanência, seja por novas ações das equipes multidisciplinares junto aos discentes, por aproximação com as comunidades de origem dos beneficiários do Programa de Ações Afirmativas, seja pelo estabelecimento de parcerias com setores de assistência social

dos municípios onde estão situadas essas comunidades, na perspectiva de melhor conhecer e ampliar as possibilidades de ações de assistência estudantil;

- consolidar a cultura de avaliação e acompanhamento de programas, projetos e ações nas áreas de ações afirmativas, diversidade e assistência estudantil, a partir da criação de instrumentos, estratégias e comissões responsáveis que envolvam a participação da gestão, dos discentes, pesquisadores das áreas e de membros da comunidade externa;
- ampliar e diversificar os espaços de diálogo com a comunidade estudantil, incorporando novas formas de divulgação dos programas, projetos e ações e criando o Fórum Anual de Permanência Estudantil, com o objetivo de levantar demandas e construir alternativas;
- fortalecer e aprimorar a política de assistência estudantil, ampliando recursos, especialmente os destinados aos auxílios permanência e apoio à moradia, inclusive a indígena;
- diversificar a política de combate às desigualdades, a partir da incorporação de outros marcadores da diferença nas ações da assistência e permanência estudantil, para além da vulnerabilidade econômica, como etnia, raça, gênero, sexualidade, deficiência, entre outros, visando a permanência acadêmica e simbólica dos estudantes;
- estender a política de assistência estudantil para estudantes em situação de vulnerabilidade dos cursos de pós-graduação;
- desenvolver uma política de cultura, esporte, lazer e bem-estar para os estudantes;
- fortalecer a política de internacionalização, assegurando a oferta de cursos livres de línguas estrangeiras, recursos para programas de intercâmbio e apoio à mobilidade acadêmica em forma de auxílios permanência.

4.8. Requalificar a infraestrutura dos campi universitários

Tendências e desafios

Uma universidade pública, autônoma, inclusiva e de qualidade pressupõe e exige uma infraestrutura física necessária e capaz de atender a logística acadêmica e administrativa em seu pleno funcionamento. O conceito de infraestrutura transcende o significado da palavra em si, que indica a base ou estrutura invisível que suporta uma construção ou conjunto de serviços fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico de uma região tais como saneamento, transporte, energia e telecomunicação, indo além deste conceito e abrangendo os elementos centrais e fundamentais de alguma doutrina, fenômenos econômicos, política, filosofia, etc.

No âmbito da Uesb, são grandes os desafios para dotar a instituição de estruturas adequadas para assegurar fornecimento com qualidade de energia elétrica, serviços de internet, espaços físicos adequados e equipamentos permanentes indispensáveis para o trabalho acadêmico e administrativo.

Além destes desafios, existem outros, igualmente relevantes, que envolvem investimentos em Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), sistemas seguros de armazenamento de

dados, de trabalho em rede, adequação das estruturas existentes de forma a respeitar o direito básico da acessibilidade a todos os integrantes da comunidade universitária, em especial às pessoas com deficiência, dentre várias outras demandas.

Requalificar os campi universitários da Uesb, torna-los adequados a uma comunidade que mira e produz ciência, inclusão e cidadania, é pensar além do conceito material, a estrutura, os recursos, os processos, mas, pautar o que é primordial, ou seja, trazer consigo conceitos de tecnologias, conectividade, sustentabilidade, identidade, direitos cidadãos. A infraestrutura da Uesb, que envolve um grande número de unidades acadêmicas, laboratoriais e administrativas, exige constantes manutenções e readequações destes espaços, além das novas instalações para atender às diversas demandas de expansão e reordenação.

Organizar e atender a estas demandas exige avaliação constante e descentralizada das prioridades, que devem ser construídas a partir dos fóruns de debate e deliberação de cada campus, como os Conselhos de Campus, os Departamentos (unidade básica de organização do trabalho acadêmico) e as Prefeituras de Campus.

As formas de execução do orçamento da Uesb, em especial a execução dos recursos destinados a Investimentos (em especial, obras e equipamentos permanentes), não permitem a transferência de recursos financeiros não utilizados em determinado ano para execução no ano posterior. Desta forma, o planejamento de investimentos deve ser sempre transparente na definição de suas prioridades, indicando ações de curto, médio e longo prazo. Ao mesmo tempo, a requalificação dos *campi* também pressupõe ações contínuas, que permitam a manutenção (e ampliação) da infraestrutura de rede, comunicação, conectividade, energia elétrica, serviços de esgotamento sanitários etc.

Com base nas demandas já apresentadas por Departamentos, Prefeituras e Conselhos de Campus, em Audiências Públicas e reuniões, e mesmo no Conselho Universitário, é possível propor o seguinte roteiro de ações.

Ações:

- elaborar o Plano Diretor da Universidade, para todos os *campi*, mediante contratação de empresa especializada nesse tipo de planejamento;
- revitalizar o Parque Tecnológico da instituição (infraestrutura de rede, comunicação e conectividade);
- atualizar a frota de veículos;
- construir espaços colaborativos de apoio ao trabalho docente no sistema de *coworking*;
- requalificar os portais de entrada dos *campi*;
- construir espaços de convivência e refeitórios para servidores;
- requalificar os espaços destinados ao desenvolvimento de atividades práticas de ensino, pesquisa e extensão;
- requalificar os espaços administrativos e acadêmicos;

- requalificar as Bibliotecas;
- construção do Módulo de Laboratório de Ciências do *campus* de Itapetinga;
- construção do Módulo Administrativo e Acadêmico do *campus* de Itapetinga;
- instalar a Creche e a Residência Universitária no *campus* de Itapetinga;
- intensificar as ações com vistas à implantação de sistema de captação e distribuição alternativa de água no *campus* de Itapetinga;
- readequação da quadra poliesportiva do *campus* de Itapetinga;
- urbanização e pavimentação das unidades do *campus* de Jequié (*campi* I e II);
- construção do sistema de esgotamento sanitário do *campus* II, Jequié;
- conclusão e entrega do prédio que irá abrigar o Centro de Saúde, *campus* II, Jequié;
- construção de galpão do Setor de Transportes do *campus* de Jequié;
- construção do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Ambientais (NIEPAM), *campus* II, Jequié;
- construção de Praça de Convivência no *campus* de Jequié;
- conclusão e entrega do prédio que irá abrigar as atividades dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu, *campus* de Vitória da Conquista;
- urbanização do acesso e entorno do módulo da Administração Central (Reitoria), *campus* de Vitória da Conquista;
- construção de nova Residência Universitária, *campus* de Vitória da Conquista;
- reforma e ampliação do Laboratório de Controle de Qualidade de Águas e do Laboratório de Tecnologia de Alimentos, Departamento de Engenharia Agrícola e Solos, *campus* de Vitória da Conquista;
- construção de galpão no Setor de Serviços Gerais, Vitória da Conquista;
- construção de galpão no Setor de Transporte, Vitória da Conquista;
- construção de prédio para implantação do Arquivo Central, Vitória da Conquista;
- requalificação do Teatro Glauber Rocha, Vitória da Conquista.

4.9 Promover a conectividade institucional, a comunicação e a internacionalização

Tendências e desafios

Entende-se por *conectividade* a capacidade de estabelecer uma conexão, uma comunicação, um vínculo, uma rede de pessoas, instituições e/ou lugares com vista a produção, distribuição e aplicação de conhecimento. Para maximizar os benefícios, minimizar os danos e promover a inclusão.

As últimas décadas têm estabelecido novas tendências e desafios para a sociedade em rede ou do conhecimento, digital, do espetáculo, a depender da abordagem dos estudos sobre conectividade, comunicação e internacionalização. Especialmente na pandemia da Covid-19, o debate sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs se intensificou demonstrando a importância das redes e conexões e da capacidade de reinvenção das interações humanas.

Por outro lado, a desigualdade de acesso e de conhecimento no uso de tecnologias e interações também ganhou mais visibilidade. Os dados do Comitê Gestor da Internet – CGI demonstram que uma parcela significativa da população não tem acesso a equipamentos, ao ambiente digital e informações de qualidade. Muito menos garantia de segurança e privacidade.

As redes sociais e as *fake news* apresentam novos desafios para o mundo da pós-verdade. Com a informação circulando com mais intensidade, o acesso, a produção e a veiculação de conhecimento se tornam mais dinâmicos, mas a qualidade da comunicação e propagação de notícias falsas, criam um ambiente de desinformação, instabilidade, polarização e negação do conhecimento científico. O acesso à informação de qualidade, o combate à desinformação e a garantia de acessibilidade digital são desafios de toda a sociedade.

Neste contexto, a Universidade foi provocada de forma incisiva. Ao mesmo tempo em que o desafio do Ensino Remoto Emergencial apresentou novas possibilidades de difusão do conhecimento, de metodologias inovadoras de ensino, coprodução de conhecimento, de interação da comunidade universitária por mediação tecnológica, também demandou a reformulação das políticas e programas de apoio aos estudantes excluídos de uma sociedade em rede desigual e uma nova aprendizagem para uso de meios digitais.

A Uesb tem procurado assegurar o aprimoramento dos sistemas de informação e comunicação, mas ainda são grandes os desafios para a Universidade diante de problemas estruturais históricos, da necessidade de aprimoramento de sua infraestrutura física, de sistemas e de redes, da pulverização de sistemas próprios e governamentais, das fragilidades dos sistemas acadêmicos e administrativos, das limitações de pessoal, da burocratização dos processos e da autonomia na execução do orçamento.

A *comunicação integrada* dos variados meios é a tendência como ferramenta estratégica capaz de transmitir, de forma clara, aos usuários das instituições, a coerência entre discurso e prática, na busca por manter sua reputação nas comunidades onde estão inseridas.

Nessa direção apontada, a Uesb deve buscar e apresentar soluções de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) para as necessidades institucionais e sociais; projetar, implementar e manter os sistemas embarcados nas suas plataformas e orientar os usuários para a adequada utilização de equipamentos e programas instalados.

Assim como a conectividade e a comunicação, a *internacionalização*, o cosmopolitismo, a cultura universal não é uma escolha, é um fim, objetivo e princípio intrínseco de qualquer instituição universitária. A própria ideia de universidade, desde seus primórdios na Idade Média remete ao diálogo com o todo do saber e do conhecimento, sem fronteiras.

As primeiras ações de internacionalização foram oficializadas na Uesb em 2014, após a criação da Assessoria de Intercâmbio Internacional, sendo um órgão vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (Proex), com objetivo geral de promover a articulação,

elaboração e acompanhamento de projetos e convênios de cooperação técnica, científica e cultural, com instituições estrangeiras e brasileiras. Contudo, as ações de internacionalização mais evidentes da Assessoria envolvem o intercâmbio de alunos de graduação, sendo responsável pelo processo de candidaturas, inscrição e seleção dos alunos, bem como pela acolhida de estudantes internacionais e nacionais na Uesb.

A Política de Internacionalização da Uesb, aprovada através da Resolução Consepe 16/2019, em conformidade com a missão desta Instituição, tem por objetivo adotar a internacionalização universitária como estratégia para melhorar a qualidade dos cursos, da pesquisa e da extensão, bem como valorizar a formação integral em um contexto de diversidade cultural e inclusão social. Os componentes de internacionalização devem ser incluídos de forma transversal nas funções de ensino, pesquisa, extensão e gestão da Uesb, visando uma internacionalização ativa que envolva toda a comunidade universitária e constituindo-se na abertura da Universidade para os desafios contemporâneos e para a criação e consolidação de sinergias, desenvolvendo um ambiente facilitador das interações entre culturas e diferentes visões de mundo.

No entanto, para que se permita a execução da política de internacionalização na Instituição faz-se necessário o fortalecimento de uma política de indução à internacionalização da comunidade acadêmica, através da institucionalização da política de internacionalização. O primeiro desafio envolve a criação da Assessoria de Relações Internacionais da Uesb, conforme previsto na Resolução Consepe 16/2019, dando-lhe uma conotação mais ampla e compatível com a Política de Internacionalização da Instituição.

Conseqüentemente, é preponderante a previsão de recursos institucionais bem como a potencialização da conexão da Uesb com as diferentes agências de fomento a fim de apoiar às ações de internacionalização propostas na Resolução Consepe 16/2019. Outro passo importante será identificar e nuclear as colaborações e convênios nacionais e estrangeiros já firmados, mas dispersos nos diferentes setores da Uesb, bem como estabelecer novas parcerias, utilizando-se das redes acadêmicas e de pesquisa da própria Instituição.

Concomitantemente, deve-se estimular na Uesb uma atmosfera cosmopolita e direcionada à indução da internacionalização nos projetos de pesquisa e extensão, seja através de novos convênios e/ou da implementação de políticas de assistência que favoreçam a mobilidade estudantil e de servidores entre Instituição, de modo que as ações adotadas sejam transversais no tripé do conhecimento perpassando pela gestão institucional, o que também requer a destinação e/ou captação de recursos financeiros. Por fim, a internacionalização deve se tornar um critério de avaliação institucional, de avaliação de projetos de pesquisa e extensão, de grupos de pesquisa e programas de pós-graduação, o que demandará uma mudança de paradigma geral na comunidade acadêmica.

Ações:

- intensificar o uso dos meios de comunicação institucionais (rádio, TV, boletins, revistas, podcasts, página na internet, redes sociais e outros) para a divulgação das informações geradas por meio de produção temáticas, a partir de projetos como o Univerciência, o Ciência na Uesb, o Roda de Conversa e produtos impressos ou virtuais;
- elaborar editais e proporcionar os suportes técnicos necessário para a produção e a publicação de conteúdos no Sistema de Rádio e TV por parte dos Departamentos, Colegiados, Programas de Pós-graduação e pesquisadores, incentivando e promovendo assim, a difusão da educação, do ensino, da pesquisa e da extensão para a informação, a formação, a expansão do conhecimento, o entretenimento e a inclusão dos telespectadores e ouvintes;
- regulamentar a atribuição de carga horária para pesquisador/professor que tenha um programa audiovisual de cunho científico veiculado no Sistema de Rádio e TV;
- reposicionar a marca da Edições Uesb, incluindo a identidade visual, propondo Coleções Temáticas, investimento em e-books, publicação de traduções, publicações em fluxo contínuo e outras ações;
- intensificar, em termos de pessoal, equipamentos e capacitação, o apoio ao trabalho desenvolvido pelo Portal de Periódicos da Uesb;
- manter a política de captação de conteúdos, por meio de editais, a serem publicizados nos veículos do Surte por entidades externas à Uesb;
- viabilizar a efetivação de medidas seguras e confiáveis para prover meios (computadores atualizados) e acesso de qualidade à *internet* e outras soluções de telefonia, através da contratação de sistemas de segurança, com solução redundante e hospedagem de sistemas críticos em servidores remotos e ampliação da rede wi-fi nos três *campi*;
- conexão e adesão à RNP (Rede Nacional de Pesquisa) ou a outros provedores coletivos, tendo em vista a implantação da universidade digital - *on-line*, com a introdução dos acervos, serviços acadêmicos, administrativos e comunitários no mundo digital, de modo a melhor servir a comunidade universitária e a sociedade como um todo;
- expansão da TV Uesb e Rádio Uesb para as áreas de abrangência dos três *campi*;
- expansão do sistema/apoio para a realização de eventos *on-line* ao vivo e a efetivação de salas de videoconferência para ações *on-line* (reuniões, bancas, conselhos.) mantendo gravação de aulas e buscando equacionar obstáculos relacionados ao espaço de armazenamento;
- efetivação do e-mail institucional para alunos matriculados em todos os níveis;
- criação/disponibilização/suporte e capacitação docente para a criação de aulas práticas virtuais (apoio para roteiro, gravação, edição de conteúdos que sirvam de material de apoio e referência em disciplinas);

No âmbito da política de internacionalização:

- implantar, efetivamente, a Assessoria de Relações Internacionais, Arint, órgão vinculado à Reitoria, para coordenação e execução da política de internacionalização

da Uesb, com dotação orçamentária própria, nos termos da Resolução Consepe nº 16/2019;

- iniciar o processo de internacionalização da *homepage* da Uesb, que deverá ter conteúdo acessível em três idiomas, inserindo também páginas para as produções intelectuais dos professores e pesquisadores;
- nuclear e ampliar os convênios da Uesb com grupos de colaboração internacional, tais como grupo Coimbra, Erasmus Mundo, e outros que favoreçam a cooperação e a formação acadêmica internacionais;
- criar programa de bolsa de estudos/auxílio para estrangeiros como contrapartida para a mobilidade internacional de estudantes da Uesb, conforme pré-requisito dos convênios estabelecidos;
- criar programa específico de apoio ao pagamento de taxas de tradução e de publicação com recursos institucionais ou angariados junto ao órgão de fomento estadual, destinados à divulgação da produção científica de pesquisadores e docentes da Uesb em periódicos internacionais.
- iniciar programa voltado para a oferta de cursos de língua adicional e interculturalidade para estudantes e servidores da Uesb, com prioridade inicial para discentes em programas de formação acadêmica (bolsistas Pibic, Pibiti, Peti, e outros).
- adotar o regime de cotutela na pós-graduação, bem como dupla diplomação na graduação e pós-graduação, nos quais alunos da Uesb podem realizar parte do curso em universidade estrangeira e vice-versa.
- regulamentar os procedimentos para revalidação de diplomas de cursos de graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior;
- promover a adesão e participação da Uesb em programas internacionais de avaliação acadêmica;

4.10 Promover a sustentabilidade institucional e ambiental

Tendências e desafios

A sustentabilidade ambiental já foi considerada uma agenda para o futuro. Mas esta avaliação já não mais se sustenta, pois ela se converteu em uma agenda do presente. Os estudos, pesquisas e práticas institucionais com foco na sustentabilidade não são mais opção para as instituições com responsabilidade social; se transformaram em parte de suas missões e de seus objetivos.

Em particular para as instituições voltadas para a produção do conhecimento, do saber, para a inclusão e para a cidadania – como as universidades – o desenvolvimento de uma cultura da sustentabilidade é essencial para frear as práticas ainda predominantes de apropriação privada e predatória dos recursos ambientais.

“Reduzir”, “reutilizar”, “reciclar” se tornaram palavras-chave de uma ciência voltada para a construção de uma nova consciência de respeito com o outro, de respeito com a humanidade (e suas diversidades), de respeito com o mundo e de respeito com a vida.

Geração de energia, captação de água, tratamento de resíduos, preservação e manejo de áreas verdes são temas que não podem ser tratados em uma universidade sob a ótica pura e simples do custo e da economia orçamentária. São temas que revelam o alcance do compromisso da instituição com as pessoas, de hoje e de amanhã, com a sociedade e com a vida em sentido mais amplo. Temas que exigem formas distintas de escolha entre possibilidades de gestão administrativa, que privilegiem princípios éticos e políticos de respeito aos recursos naturais e à sustentabilidade ambiental.

A Uesb, enquanto instituição de saber e de cidadania, deve pensar a sustentabilidade não apenas como uma política institucional simplesmente, mas como um processo de educação ambiental, que venha construir e socializar um conhecimentos e uma práxis socioambiental e econômica que possam ser discutidos, incorporados, mostrados, replicados e até reinventados, estimulando as pessoas, as comunidades e outras instituições na busca de uma sociedade e um planeta mais saudáveis.

Partindo dessa compreensão, prima-se por uma nova cultura acadêmica que inclua em suas práticas pedagógicas, administrativas e políticas ações que visem uma melhor convivência e interação com respeito ao meio ambiente.

Ações:

- projetar novas e futuras edificações sob arquiteturas ecológicas, inclusivas, verdes, energeticamente e *hidricamente* eficientes e amigáveis;
- criar e requalificar os espaços de convivência com estruturas e equipamentos, esporte, lazer, descanso e contemplação utilizando as áreas dos três *campi*;
- reformar e readaptar as edificações tornando-as ecoeficientes;
- implantar sistemas próprios de captação de energias renováveis, nos três *campi*;
- implantar sistemas de captação, armazenagem e tratamento de águas das chuvas nos prédios para usos simples como irrigação de jardins, descargas de banheiro e lavagens em geral;
- revisar e adequar os sistemas de tratamento de resíduos em todos os *campi* da universidade, com atenção especial aos resíduos laboratoriais;
- encaminhar para reciclagem externa ou para o aterro sanitário urbano os resíduos perigosos;
- projetar a implantação de estruturas, e aquisição dos equipamentos necessários, voltadas para a reciclagem e reaproveitamento de resíduos orgânicos;
- construção ou aquisição de biodigestores para tratamento de matéria orgânica, visando a produção de adubos ou de biogás;
- implementar políticas que assegurem a preservação das áreas verdes dos *campi* (matas, jardins.);
- promover a arborização e *(re)ajardinamento* dos *campi* com o plantio de árvores, arbusto e ervas nativas;

